



Desafios no Gerenciamento de Orteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME.

Gedson Fernando da Costa Vieira; João Carlos Oliveira da Silva; Jéssica Lopes dos Santos



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n5p1593-1608>

Artigo recebido em 19 de Abril e publicado em 29 de Maio de 2025

REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

RESUMO

Introdução: As Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME são insumos utilizados na saúde e relacionados a uma intervenção médica ou odontológica, diagnóstica ou terapêutica, e com o avanço tecnológico, são materiais de alto custo para uma melhor performance no reestabelecimento e qualidade de vida do indivíduo. Por possuírem um elevado custo de aquisição nas contas hospitalares torna-se necessário um controle eficaz desses materiais. **Objetivo:** analisar os principais desafios enfrentados no gerenciamento de órteses, próteses e materiais especiais (OPME). **Metologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com levantamento de artigos nos bancos de dados SCIELO, PUBMED, BDNF e BVS, foram utilizados como descritores de saúde: “gerenciamento de enfermagem”, “órteses, próteses e materiais especiais”, “desafios”. **Resultados:** A presente revisão de literatura contou com 85 artigos encontrados nas bases de dados estabelecidas na metodologia, sendo somente 6 artigos selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. **Conclusão:** os desafios no gerenciamento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) são multifatoriais e demandam uma abordagem sistêmica e interdisciplinar.

Palavras-chave: Gestão, Desafios, Órteses, próteses e materiais especiais.

Challenges in the Management of Orthoses, Protheses and Special Materials – OPSM.

ABSTRACT

Introduction: Orthoses, Protheses and Special Materials - OPME are inputs used in health and related to a medical or dental intervention, diagnostic or therapeutic, and with technological advances, they are high-cost materials for better performance in the reestablishment and quality of life of the individual. Because they have a high acquisition cost in hospital bills, effective control of these materials becomes necessary. **Objective:** to analyze the main challenges faced in the management of orthoses, protheses and special materials (OPME). **Methodology:** This is an integrative literature review, with a survey of articles in the SCIELO, PUBMED, BDNF and BVS databases, using the following health descriptors: “nursing management”, “orthoses, protheses and special materials”, “challenges”. **Results:** This literature review had 85 articles found in the databases established in the methodology, with only 6 articles selected according to the inclusion and exclusion criteria. **Conclusion:** the challenges in managing Orthoses, Protheses and Special Materials (OPME) are multifactorial and demand a systemic and interdisciplinary approach.

Keywords: Management, Challenges, Orthoses, protheses and special materials.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

As Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME são insumos utilizados na saúde e relacionados a uma intervenção médica ou odontológica, diagnóstica ou terapêutica, e com o avanço tecnológico, são materiais de alto custo para uma melhor performance no reestabelecimento e qualidade de vida do indivíduo. Por possuírem um elevado custo de aquisição nas contas hospitalares torna-se necessário um controle eficaz desses materiais (DA COSTA et al., 2021).

Os OPMEs desempenham um papel crucial na recuperação e qualidade de vida dos pacientes, sendo essenciais para a reabilitação física e funcional. No entanto, o gerenciamento eficaz desses dispositivos exige atenção a diversas variáveis, como a aquisição, armazenamento, distribuição e monitoramento do uso desses itens, o que exige um controle rigoroso para evitar desperdícios, falhas no fornecimento ou uso inadequado (DE ASSIS, MIRALDO, 2015).

Assim, a assistência ao paciente que utiliza órteses, próteses e materiais especiais deve ser regulamentada e monitorada, por meio do registro das informações em prontuários e documentos necessários de acordo com a unidade de saúde, e essa assistência é avaliada por meio de auditorias para a redução de gastos desnecessários e melhoria nos cuidados prestados ao paciente. Nas auditorias internas relacionadas à glosa, 5% correspondem a OPME e nas auditorias externas, 49% de OPME (DA COSTA et al., 2021).

Estudos apontam que há uma grande fragilidade gerencial em hospitais, associando altos custos com a baixa qualidade na assistência à saúde. É importante que os profissionais tenham conhecimento sobre as portarias, manuais e instrumentos que orientam a gestão de OPMEs, levando a padronização de processos, o controle do fluxo e do estoque e a capacidade de captar e processar as informações pertinentes ao processo de trabalho, e associar isso com a utilização de tecnologia da informação com sistemas de gestão (DE SOUZA PINHEIRO, 2020).

A equipe de enfermagem, muitas vezes, a responsável pela assistência direta e acompanhamento contínuo dos pacientes que utilizam OPME para sua reabilitação e qualidade de vida, sendo fundamental que compreendam as complexidades associadas

ao uso e gerenciamento desses itens. Além disso, o gerenciamento inadequado ou a falta de conhecimento sobre as normas e processos envolvidos pode impactar diretamente a saúde do paciente, como a ocorrência de infecções ou complicações no processo de adaptação aos dispositivos (DA COSTA et al., 2021).

A relevância de uma revisão integrativa de literatura sobre os desafios no gerenciamento de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) é identificada nas principais dificuldades enfrentadas por profissionais de saúde, gestores e instituições no que tange à aquisição, controle, distribuição e uso desses itens, que desempenham papel crucial no processo de reabilitação e melhoria da qualidade de vida de pacientes, especialmente em áreas como ortopedia e reabilitação. No entanto, o manejo inadequado ou a falta de controle efetivo pode gerar desperdícios, custos elevados e impactos negativos na eficiência do tratamento (DE LIMA et al, 2018).

Além disso, a presente pesquisa contribui para o aprimoramento das práticas de gestão e fiscalização, proporcionando a integração de novas abordagens, tecnologias e políticas públicas que possam otimizar os processos e garantir o acesso dos pacientes a materiais de qualidade, minimizando erros e aumentando a segurança no uso dessas tecnologias.

Portanto, o objetivo geral desse artigo consiste em analisar os principais desafios enfrentados no gerenciamento de órteses, próteses e materiais especiais (OPME). E os objetivos específicos são identificar os processos logísticos envolvidos na gestão de OPME, incluindo questões relacionadas ao armazenamento, rastreabilidade e distribuição desses materiais; investigar a regulação que impactam a aquisição, utilização e descarte de OPME; e analisar os desafios clínicos no uso de OPME, como a adequação das próteses e órteses às necessidades dos pacientes, a personalização desses materiais e o impacto no processo de reabilitação.

METODOLOGIA

A revisão integrativa é uma metodologia rigorosa que permite sintetizar conhecimentos já existentes sobre um determinado tema, oferecendo uma compreensão ampla e aprofundada. Esse método segue seis etapas distintas. A primeira é a identificação do problema de pesquisa, que consiste na formulação clara da questão

a ser investigada: Quais são os principais desafios enfrentados no gerenciamento de OPME no contexto da saúde pública e suplementar?

A segunda etapa envolve o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos, com a definição de que serão incluídos artigos publicados de 2020 a 2024, disponíveis gratuitamente na íntegra, em português, inglês ou espanhol, e que tratem diretamente ou indiretamente do gerenciamento de OPME. Serão excluídos artigos duplicados, não disponíveis integralmente, sem avaliação prévia (como monografias, dissertações e teses), em outros idiomas ou sem rigor metodológico.

A terceira etapa corresponde à definição das informações a serem extraídas e à categorização dos estudos, utilizando os bancos de dados SCIELO, PUBMED, BDNF e BVS. Nessas bases de dados serão utilizados os seguintes descritores em saúde para a seleção dos artigos: “gerenciamento de enfermagem”, “órteses, próteses e materiais especiais”, “desafios”, onde foram aplicados os operadores booleanos “and” e “or”, sendo adaptado a estratégia de busca a cada base de dados, garantindo uma maior abrangência dos resultados.

A quarta etapa refere-se à avaliação dos estudos, na qual os títulos e resumos foram triados por dois revisores independentes, e os artigos elegíveis serão lidos na íntegra para garantir pertinência. Na quinta etapa, ocorre a análise e interpretação dos estudos selecionados, com extração de dados por meio de um instrumento padronizado contendo informações como autor, ano, país, objetivo, metodologia, principais achados e limitações. A análise foi qualitativa, com categorização temática para identificar os principais desafios na gestão de OPME. Por fim, a sexta etapa compreende a redação e apresentação da síntese do conhecimento, com discussão baseada na literatura nacional e internacional, destacando a necessidade de políticas públicas mais robustas, capacitação profissional e maior integração entre os setores clínico, administrativo e jurídico para a otimização do gerenciamento de OPME.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão de literatura contou com 85 artigos encontrados nas bases de dados estabelecidas na metodologia, sendo somente 6 artigos selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

Tabela 1- Artigos selecionados para análise dos resultados.

ANO	AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO	TIPO DA PESQUISA	RESULTADOS
2024	SILVA, Jacqueline Paula da et al.	Perdas financeiras de órteses, próteses e materiais especiais no faturamento hospitalar: Um estudo de caso das cirurgias do hospital de clínicas de Uberlândia (MG).		pesquisa exploratória e documental	as perdas financeiras associadas aos OPME no faturamento hospitalar representam prejuízos e implicam sensivelmente na receita do HU. Em relação às especialidades analisadas, demonstrou-se que os grupos de Cardiologia, Neurologia e Ortopedia/Traumatologia apresentaram maior número de casos de perdas de OPME
2023	BEUME, Tânia Maria Costa da Silva et al.	Custos nas avaliações econômicas em saúde: uma análise das recomendações da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde de 2012 a 2020.		estudo qualitativo-quantitativo documental	As fontes de informação para valoração dos custos diretos médicos foram múltiplas, incluindo Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP-SUS) e Banco de Preços em Saúde (BPS).
2023	DA COSTA, Sara Maria Cruz et al. 2023.	Aplicação da ferramenta de gestão na padronização e processamento de material ventilatório no Centro de Material e Esterilização.	Revista SOBECC	Relato de experiência	uso da ferramenta de gestão para o detalhamento do problema associado à capacitação da equipe de enfermagem e à padronização do material ventilatório possibilitou reduzir os problemas relacionados à montagem incorreta e ao extravio dos materiais ventilatórios.
2023.	LOPES, Simone Garcia.	Desperdício associado ao processamento de instrumentais cirúrgicos consignados		Estudo de caso	equação matemática construída permitiu avaliar o desperdício relacionado à produção e não utilização de caixas de instrumentais

		não utilizados por cancelamento de cirurgias eletivas: proposição de modelo.			cirúrgicos consignados para procedimentos ortopédicos.
2022	FREITAS, Beatriz Cristina; DE PAULA QUELUZ, Dagmar.	Acesso a bens e serviços de saúde dos planos de saúde por meio da judicialização: um estudo do estado de São Paulo.	Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário	pesquisa exploratória, descritiva	A judicialização para acesso a bens e serviços de saúde dos planos de saúde envolve principalmente negativas de cobertura (exclusões e limitações de cobertura) e conflitos contratuais.
2021	MARTARELLO, Rafael de Almeida.	Obsolescência programada em serviços de saúde: o caso da Máfia das Próteses.	Saúde e Sociedade	Estudo de caso	Foi realizado um esforço interpretativo dos condicionantes, da dinâmica e dos efeitos da prática de sabote cirúrgico com objetivo de estimular a demanda por serviços médicos e equipamentos médico-hospitalares.

Após a coleta, os artigos foram analisados e categorizados em três tópicos de extrema relevância para o presente estudo: Complexidade da Cadeia de Suprimentos e Logística de OPME; Regulação, Auditoria e Transparência na Aquisição; e Capacitação Profissional e Governança Hospitalar.

1. Complexidade da Cadeia de Suprimentos e Logística de OPME

A cadeia de suprimentos e logística relacionada às Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) representa um dos principais desafios para a gestão hospitalar contemporânea. Nos artigos de Martarello (2021) e Nardido, Dacul e Gil (2011), reforçam que esses itens, fundamentais para procedimentos cirúrgicos e tratamentos de alta complexidade, exigem uma gestão rigorosa e especializada, dada sua variedade, alto custo e impacto direto na segurança e desfecho clínico dos pacientes.

Os artigos evidenciam que uma das principais características que tornam a cadeia de OPME complexa é a diversidade de itens e especificações técnicas, onde cada produto pode possuir múltiplas variações em termos de modelo, tamanho, material e

fabricante, o que dificulta a padronização e o controle de estoque. A ausência de nomenclatura padronizada entre instituições e fornecedores também contribui para inconsistências nos registros, dificultando a rastreabilidade dos itens utilizados e a realização de auditorias internas (SILVA et al., 2024). Assim, é necessário uma regulamentação para a obtenção, utilização e dispensação desses materiais.

A regulamentação das OPMEs pela ANVISA ocorre principalmente pela RDC nº 185/2001, atualizada pela RDC nº 751/2022, que trata do registro de dispositivos médicos onde foram estabelecidos critérios para classificação de risco, registro sanitário, notificação e rotulagem de dispositivos médicos. Ainda regulamenta que fabricantes e importadores devem seguir as Boas Práticas de Fabricação (BPF), sendo fiscalizados quanto ao cumprimento das normas técnicas, documentação regulatória e processos produtivos (BORGES, DIAS, 2023; DE AQUINO, COSTA, MURAKAMI, 2020).

Conforme a literatura, a logística hospitalar enfrenta grandes desafios em relação ao armazenamento e transporte desses materiais, muitos dos quais exigem condições especiais de temperatura, umidade e manuseio, além da imprevisibilidade de certos procedimentos cirúrgicos e pela especificidade de alguns produtos, que podem ser utilizados apenas em casos muito particulares. Isso resulta frequentemente em desperdícios, compras emergenciais ou atrasos em cirurgias por falta de insumos adequados (LOPES, 2023).

Outro fator crítico é a dependência de fornecedores externos, que impacta diretamente nos prazos de entrega e no planejamento cirúrgico. A logística de entrega dos materiais muitas vezes está condicionada à autorização prévia dos convênios ou sistemas públicos de saúde, o que pode gerar atrasos e prejudicar o fluxo assistencial. Essa dependência também acarreta vulnerabilidade da instituição a flutuações de mercado, variação cambial e rupturas na cadeia de suprimentos (FREITAS, DE PAULA QUELUZ, 2022).

A literatura aponta ainda a necessidade de integração entre os sistemas de informação das instituições de saúde, fornecedores e operadoras de saúde. A falta de interoperabilidade entre essas plataformas prejudica o monitoramento em tempo real dos estoques, a rastreabilidade dos itens e a comunicação eficiente entre os setores clínico e administrativo. Como consequência, decisões importantes podem ser tomadas com base em dados incompletos ou desatualizados (BEUME et al, 2023).

Portanto, a complexidade logística de OPME demanda um modelo de gestão baseado em tecnologia da informação, planejamento estratégico e atuação multidisciplinar, envolvendo setores como compras, engenharia clínica, logística, área assistencial e controle de infecção hospitalar. A adoção de práticas como a padronização de materiais, uso de indicadores de desempenho logístico e implementação de sistemas integrados de gestão pode contribuir significativamente para a melhoria da eficiência operacional e da qualidade assistencial.

2. Regulação, Auditoria e Transparência na Aquisição

A aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) constitui uma das etapas mais críticas da gestão hospitalar, especialmente no que se refere à regulação, à auditoria e à transparência dos processos envolvidos. O alto valor agregado desses insumos, associado à variabilidade técnica e à assimetria de informações entre os atores envolvidos, torna esse campo particularmente suscetível a irregularidades, judicializações e conflitos de interesse.

A literatura aponta que um dos principais desafios reside na fragilidade dos mecanismos regulatórios que orientam a compra e utilização de OPME, tanto no setor público quanto no privado, com a ausência de políticas claras de precificação, critérios técnicos objetivos para avaliação de tecnologias e protocolos clínicos padronizados dificulta a tomada de decisão baseada em evidências e favorece a influência de interesses externos. Frequentemente, a escolha dos materiais é determinada por prescrições médicas individuais, sem respaldo em diretrizes institucionais ou em comissões multiprofissionais, o que compromete a uniformidade dos processos (FREITAS; DE PAULA QUELUZ, 2022).

Outro ponto crítico refere-se à fiscalização e auditoria dos processos de aquisição, que ainda se mostram limitadas em diversas instituições. A escassez de profissionais especializados para auditar a compatibilidade entre o material solicitado, o utilizado e o faturado representa um entrave importante. Além disso, a diversidade de marcas e modelos, muitas vezes sem diferenças clínicas comprovadas, dificulta a análise de custo-benefício e aumenta o risco de superfaturamento ou de cobrança indevida por materiais não utilizados (MARTARELLO, 2023).

A transparência também é frequentemente comprometida pela falta de

rastreabilidade e controle documental adequado, pois a documentação referente à entrada, uso e cobrança dos materiais não é padronizada, o que dificulta a verificação posterior por parte de auditores internos e externos. Segundo Lopes (2023), falta de integração entre os sistemas informatizados das instituições, operadoras de saúde e fornecedores compromete ainda mais a visibilidade e o controle efetivo dos processos.

Porém, para reforçar o controle e a transparência na aquisição e distribuição desses materiais, o SUS exige que os hospitais e unidades de saúde contem com Comissões de OPME que são responsáveis por avaliar tecnicamente a necessidade dos produtos solicitados, evitando fraudes e indicações desnecessárias. As aquisições devem ser feitas por meio de processos públicos, seguindo a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), o que garante isonomia e permite a negociação de preços mais justos, visando também coibir práticas indevidas, como o superfaturamento e o conflito de interesses entre profissionais de saúde e fornecedores, promovendo maior integridade e eficiência no uso de recursos públicos (DA SILVA, DE SÁ, SERVO, 2023).

No artigo de Freitas e De Paula Queluz (2022), a judicialização da saúde, especialmente no que tange a OPME, é outro reflexo da falta de transparência e regulação eficiente. Em diversos casos, solicitações judiciais obrigam hospitais e operadoras de saúde a fornecerem materiais de alto custo sem análise prévia de viabilidade técnica ou custo-efetividade. Tal prática, embora busque garantir o acesso à saúde, contribui para o desequilíbrio financeiro das instituições e enfraquece a gestão baseada em protocolos clínicos estruturados.

Diante desse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento das práticas de compliance, controle interno e governança clínica no âmbito da aquisição de OPME. A criação de comitês técnicos, a padronização de materiais com base em evidências científicas e a adoção de sistemas de informação interoperáveis são estratégias recomendadas para promover maior integridade, eficiência e justiça nos processos de aquisição.

Em suma, os desafios relacionados à regulação, auditoria e transparência na aquisição de OPME impactam diretamente na sustentabilidade dos sistemas de saúde e na qualidade da assistência prestada. O avanço nesse campo requer um esforço conjunto entre gestores, profissionais de saúde, órgãos reguladores e sociedade civil

para estabelecer mecanismos mais seguros, éticos e eficientes de gestão desses insumos.

3. Capacitação Profissional e Governança Hospitalar

A gestão eficiente de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs) demanda não apenas estrutura física e tecnológica, mas, sobretudo, a atuação de profissionais capacitados e uma governança hospitalar sólida, orientada por princípios éticos, técnicos e econômicos. A literatura destaca que falhas nessa dimensão comprometem a qualidade da assistência, aumentam os custos e fragilizam o controle sobre os processos assistenciais e administrativos (SILVA et al, 2024).

A capacitação profissional é apontada como um dos principais gargalos na gestão de OPMEs. Muitos profissionais envolvidos nas áreas de compras, logística, auditoria, prescrição médica e controle de materiais não possuem formação técnica específica ou conhecimento aprofundado sobre os produtos, sua aplicabilidade clínica, seus custos e suas implicações regulatórias. Essa lacuna impacta diretamente na tomada de decisões e favorece a repetição de práticas baseadas em experiências individuais ou influências externas, em detrimento de critérios técnicos padronizados (LOPES, 2024).

A carência de formação continuada também contribui para a perpetuação de práticas ineficientes, como a ausência de avaliação crítica da necessidade do material solicitado, a falta de comparação entre tecnologias disponíveis no mercado e o desconhecimento de protocolos clínicos estabelecidos. A capacitação, portanto, deve abranger desde aspectos clínicos e tecnológicos até conhecimentos em gestão de saúde, economia da saúde e políticas públicas (DA COSTA et al, 2023).

Outro aspecto importante da atuação do enfermeiro na gestão de OPMEs está no treinamento e capacitação das equipes de enfermagem e apoio, o conhecimento aprofundado sobre os produtos também permite que o enfermeiro atue em ações educativas, promovendo o uso racional dos recursos e a adesão aos protocolos clínicos estabelecidos. Além disso, o enfermeiro é fundamental no processo de registro de informações em prontuários e sistemas de rastreamento, colaborando com a vigilância sanitária e os órgãos reguladores, como a ANVISA (JOST et al., 2019).

No âmbito da governança hospitalar, evidencia-se a fragilidade de muitos modelos institucionais no que diz respeito à estruturação de processos decisórios

transparentes, interdisciplinares e baseados em evidências. Em diversas instituições, ainda predomina um modelo de gestão fragmentado, em que decisões sobre a utilização e aquisição de OPMEs são tomadas de forma isolada, sem a atuação conjunta de setores como a direção clínica, engenharia biomédica, setor de compras, auditoria e farmácia hospitalar (DA COSTA et al, 2023).

A ausência de comissões técnicas multiprofissionais, com atribuições claras para a análise, padronização e avaliação de tecnologias em saúde, é um fator que contribui para a ineficiência da gestão. Essas comissões, quando existentes e bem estruturadas, atuam como instâncias de governança clínica e administrativa, promovendo o alinhamento entre a prática médica, a sustentabilidade financeira e a segurança do paciente.

Além disso, a governança hospitalar deve estar apoiada em indicadores de desempenho, protocolos clínicos e sistemas de informação integrados, que permitam o monitoramento contínuo dos processos relacionados aos OPMEs. Isso inclui desde a rastreabilidade do uso de materiais até a análise de desfechos clínicos associados ao seu emprego, passando pela avaliação de custo-efetividade e impacto orçamentário (DA COSTA et al, 2023).

Na rotina hospitalar, é comum que o enfermeiro esteja inserido nas Comissões de OPME, atuando na análise de pedidos, verificação de conformidade dos materiais com o que foi autorizado e no acompanhamento de processos licitatórios ou contratações. Nesse contexto, o profissional contribui para a transparência e segurança dos processos, além de colaborar na prevenção de desvios e fraudes, por meio de um controle rigoroso dos materiais implantáveis e de alto custo, de modo a fortalecer a gestão eficiente dos recursos e a qualidade do atendimento ao paciente (YAMAMOTO et al., 2019).

Portanto, o fortalecimento da gestão de OPMEs requer investimentos em qualificação profissional contínua e no desenvolvimento de modelos de governança capazes de promover decisões colegiadas, transparentes e sustentadas por dados. Ao integrar capacitação e governança, as instituições podem alcançar maior eficiência operacional, reduzir riscos e oferecer um cuidado mais seguro e eficaz aos pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa evidenciou que os desafios no gerenciamento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) são multifatoriais e demandam uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. As três categorias temáticas identificadas — complexidade da cadeia de suprimentos e logística, fragilidade nos processos de regulação, auditoria e transparência, e deficiências na capacitação profissional e na governança hospitalar — refletem a amplitude e profundidade das dificuldades enfrentadas pelas instituições de saúde na gestão desses insumos.

A complexidade logística e a falta de padronização dificultam o controle de estoque, a rastreabilidade dos itens e a previsibilidade da demanda, o que compromete a eficiência operacional e a segurança do paciente. Simultaneamente, as fragilidades nos mecanismos regulatórios e de auditoria favorecem práticas pouco transparentes, como a influência indevida na prescrição e o risco de superfaturamento, além de limitar a capacidade de controle por parte dos gestores e órgãos fiscalizadores.

Além disso, a escassez de profissionais capacitados, aliada à ausência de comissões técnicas atuantes e de processos decisórios bem estruturados, enfraquece a governança hospitalar e perpetua um modelo de gestão fragmentado e vulnerável. A superação desses desafios requer o fortalecimento de práticas baseadas em evidências, a implementação de protocolos clínicos, a integração de sistemas de informação e o desenvolvimento de competências específicas nas áreas de logística, compras, auditoria e avaliação de tecnologias em saúde.

Portanto, para garantir o uso racional, seguro e sustentável dos OPMEs, é essencial investir na profissionalização da gestão, na transparência dos processos e na consolidação de políticas institucionais que articulem aspectos clínicos, econômicos e éticos. A articulação entre diferentes setores, o compromisso com a governança e a educação permanente são elementos fundamentais para promover avanços consistentes na qualidade e na equidade do cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS



ASSIS, Simone Gonçalves de et al. Recovery and Rehabilitation in the Context of Health Care for Victims of Accidents and Violence in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, p. e16752024, 2025.

BEUME, Tânia Maria Costa da Silva et al. Custos nas avaliações econômicas em saúde: uma análise das recomendações da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde de 2012 a 2020. 2023.

BORGES, Eline Lima; DIAS, Patricia Aichinger. Análise dos colchões hospitalares e superfícies de suporte aprovados pela anvisa. In: Congresso Brasileiro de Estomaterapia. 2023.

DA COSTA, Sara Maria Cruz et al. Aplicação da ferramenta de gestão na padronização e processamento de material ventilatório no Centro de Material e Esterilização. *Revista SOBECC*, v. 28, 2023.

DA SILVA, Raulino Sabino; DE SÁ, Rodrigo Pucci; SERVO, B. L. M. S. Remuneração de internações e a tabela de procedimentos do SUS: Uma análise a partir do sistema de informações hospitalares (SIH) e do sistema de gerenciamento da tabela de procedimentos, medicamentos e órteses e próteses materiais especiais.(OPME) do SUS (SIGTAP). 2023.

DE AQUINO, Patrícia Karina Silva; COSTA, Bruno Andrade; MURAKAMI, Rafael Guem. Padronização estratégica de opme em uma operadora de saúde. *Revista de Inovação e Tecnologia-RIT*, v. 10, n. 02, 2020.

DE ASSIS, Sonia Francisca Monken; MIRALDO, Claudio De Oliveira. Implantação de um sistema informatizado para gerenciamento da liberação de cirurgias com controle de órteses, próteses e materiais especiais (opme) em uma operadora de saúde. 2015.

DE LIMA, Raquel Janyne et al. Auditoria de enfermagem: revisão integrativa da literatura. *Nursing (São Paulo)*, v. 21, n. 247, p. 2531-2534, 2018.

DA COSTA, Driely Alves et al. Auditoria em enfermagem na qualidade e cuidado ao paciente. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde–ReBIS*, v. 3, n. 3, 2021.

DE SOUZA PINHEIRO, Liane Lopes. Estudo de revisão sobre gerenciamento de órteses, próteses e materiais especiais para aplicação em uma instituição de saúde. *Revista Brasileira de Inovação Tecnológica em Saúde-ISSN: 2236-1103*, p. 22-22, 2020.

FREITAS, Beatriz Cristina; DE PAULA QUELUZ, Dagmar. Acesso a bens e serviços de saúde dos planos de saúde por meio da judicialização: um estudo do estado de São Paulo. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 11, n. 1, p. 183-202, 2022.

JOST, Marielli Trevisan et al. Sistematização da assistência de enfermagem perioperatória: avaliando os processos de trabalho no transoperatório. *Enfermagem em Foco*, v. 10, n. 7, 2019.

LOPES, Simone Garcia. Enfermagem perioperatória: custos, desperdício e manutenção da sustentabilidade das organizações de saúde. *Revista SOBECC*, v. 29, 2024.

LOPES, Simone Garcia. Desperdício associado ao processamento de instrumentais cirúrgicos consignados não utilizados por cancelamento de cirurgias eletivas: proposição de modelo. 2023.

MARTARELLO, Rafael de Almeida. Obsolescência programada em serviços de saúde: o caso da Máfia das Próteses. *Saúde e Sociedade*, v. 31, p. e200398, 2021.



NARDINO, Sabrina; DALCUL, Ane Lise; GIL, Paulo. Controle de Estoque de OPME. *Science in Health*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-119, 2011.

SILVA, Jacqueline Paula da et al. Perdas financeiras de órteses, próteses e materiais especiais no faturamento hospitalar: Um estudo de caso das cirurgias do hospital de clínicas de Uberlândia (MG). 2024.

YAMAMOTO, Sara Satie et al. Desafios da central de materiais e esterilização no gerenciamento de órteses, próteses e materiais especiais-OPME: relato de experiência. *Anais. Semana de Enfermagem* (30.: 2019: Porto Alegre, RS)., 2019.